

INCREMENTO E DIGNIFICAÇÃO DO ESTUDO DO IDIOMA PÁTRIO NO ENSINO DO JORNALISMO: IMPRESCINDIBILIDADE IMPROTELÁVEL

MÁRIO PINTO

Professor, Universidade Fernando Pessoa;
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais;
/ mpinto@ufp.edu.pt

RESUMO

Os media como principais mestres da linguagem. A linguagem da imprensa, padrão a seguir pelos leitores e suporte para o estudo da linguagem escrita. A responsabilidade dos jornais na preservação e dignificação do idioma. A função da imprensa na criação e entrada em circulação de novos vocábulos e de novas acepções para outros já existentes. Vícios mais recorrentes. A construção frásica deficiente. O imperativo de rigor na selecção vocabular. O laxismo campeante em determinada escrita jornalística. A diluição de responsabilidades pelo statu quo. Medidas a empreender. A crucialidade do incremento do ensino das normativas gramaticais. Exigência de rigor expressivo.

PALAVRAS-CHAVE: media; linguagem; imprensa.

ABSTRACT

Media as the main language experts. Press language, standard to be followed by readers and written language study support. Newspapers responsibility on the preservation and dignify of idiom. Press duty in the creation and spreading of new words and new meanings to some already existing ones. Most common vices. The defective phrase construction. The importance of a correct choice of words. The easiness In some press witting. The responsibility decreasing in statu quo. Measures to implement. The importance of grammatical rules teaching increment. Need of expression rigor.

KEYWORDS: media, language; Newspaper.

1. INTRODUÇÃO

As primeiras palavras são, como se impõe, para felicitar o promotor de tão meritória iniciativa “ pôr na ordem do dia uma temática nunca assaz disseccionada “ cuja pertinência é, a todos os títulos, irrefutável, mormente num tempo, o coevo, em que a linguagem e o uso que dela é feito parecem, cada vez mais, constituir tabu. Do que resulta, não obstante a prodigalidade de fóruns em que a informação e a comunicação são reiteradamente debatidas, serem escassos os que sobre ela se debruçam e menos ainda os que a têm como cerne. Porque a norma é ela ser elidida.¹

O que não pode deixar de causar perplexidade. Com efeito, sendo a linguagem pedra angular do jornalismo (além de seu veículo transmissor), torna-se, ipso facto, difícil inteligir que na profusão de congressos amiúde realizados para proceder à disquisição dos problemas com que este se debate, a linguagem não só não seja neles equacionada, tampouco tratada com a importância que tem e a dignidade que merece como, ademais, seja votada ao ostracismo. Em particular quando era imperioso fazê-lo visto, como hodiernamente ocorre, estar em curso nos media um irrefragável idiomicídio². Saúde-se, por isso, “ e de forma veemente “, a iniciativa ora tomada.

Entrando agora directamente na temática em apreço, cumpre, desde já, referir que o ângulo de abordagem seleccionado para a sua compulsão “de entre a multiplicidade de sugestões aventadas no call for papers e da miríade de opções propiciadas por tão ubertosa matéria”, foi o da relação/imbricação entre as ciências da linguagem e as da comunicação, mais concretamente o que remete para a insofismável regressão, nos media, do ascendente das primeiras sobre as segundas, et pour cause, do depauperamento de que a utilização da linguagem neles está (em particular na imprensa), de há muito, a ser vítima inerme; a concluir, apresentamos alternativas conducentes à reversão da situação.

A fim de ab initio tornar cristalino o objectivo que nos propomos, convém ainda esclarecer que o presente trabalho tem na génese uma constatação tão ecuménica quanto irrefutável: ser consabidamente assaz deficiente a forma como parte não despidiada de jornalistas coevos escrevem.

Ponto de partida cujo reconhecimento radica precipuamente na nossa própria experiência enquanto consumidores da informação por certos jornalistas produzida, a qual não só não constitui paradigma de qualidade (mormente de correcção frásica) como,

¹ Paradigmático, neste âmbito, e corroborador da asseveração feita, é o caso da jornada de reflexão que há tempos a UFP promoveu. Basta, para o confirmar, verificar que dos três eventos dedicados aos estudos jornalísticos – dois dos quais em universidades públicas (Nova de Lisboa e Minho) –, ocorridos na semana em que esta jornada foi realizada (Novembro de 2006), só o da Fernando Pessoa teve como temática central o uso da língua portuguesa na Imprensa. Facto que o Magnífico Reitor, a quem coube iniciar a sessão, exalçou com a proficiência que lhe é peculiar.

² O que só na Fernando Pessoa parece ter sido compreendido. E de que esta iniciativa, bem como a jornada antes referida, são apodixe.

ao invés, deixa muito a desejar. De facto, a ausência de rigor expositivo de muitos destes escreventes é tal que transforma em deploráveis Algarviadas os seus relatos, o que, condimentado com uma óbvia falta de domínio das técnicas informativas “nem há destreza locutiva nem habilidade expressiva” acaba por se traduzir em autênticos galimatias.

E se nem sempre estas anomalias afectam a cabal inteligência da mensagem, a verdade, contudo, é que na maior parte dos casos a inviabilizam liminarmente ou, pior, a subvertem. O que, consabida a responsabilidade da imprensa na formação da opinião, assume extrema gravidade. E, no essencial, por haverem sido elididos princípios básicos cruciais – sobretudo o que preconiza como características fundamentais do estilo informativo a concisão e a clareza, requisitos de inultrapassável consecução para a total compreensão dos conteúdos veiculados, exigência que, amiúde não é tida em consideração, o que redundava na plethora de textos herméticos com que diariamente somos confrontados.

Razão por que não pode surpreender ser o resultado do contacto com esses textos o oposto do expectável, ou seja, ficarmos, ao proceder à leitura diária do jornal, com demasiada frequência imbuídos da desagradável sensação de incompletude, consequência da não inteligência de muitos dos conteúdos lidos, como os exemplos coligidos no corpus demonstram à saciedade.

Imputação de que, conscientes de quão perversas são as generalizações, isentamos (até porque injusta e imerecida para eles) os exímios profissionais que não escasseiam na classe e aos quais prestamos homenagem.

Decididos a estabelecer em definitivo, com base no levantamento de um número assaz pregnante de situações e nos dados aí recolhidos, se há ou não razões para os reparos que recorrentemente são feitos aos jornalistas, no fundo, aquilatar se existem determinantes sólidas para as recriminações de que são alvo, procedemos à investigação, cujo anelo é a confirmação/infirmiação das premissas ora enunciadas.

Com vista à consecução desse desiderato seleccionámos os periódicos de onde iríamos recolher os elementos constitutivos do corpus: Público, Diário de Notícias e Jornal de Notícias, auto-intitulados de referência; Diário Económico e Jornal de Negócios (imprensa económica) e Expresso (o semanário de maior tiragem) o que se nos afigurou constituir um número representativo do universo em questão; delimitámos um período de observação para o qual, visto a pesquisa se destinar quase só a recolher dados susceptíveis de confirmarem uma realidade há muito intuída, bem como a documentar o que não passava de uma verificação empírica, reputámos que um a dois meses seria o quantum satis para obter os elementos pretendidos período que acabou por ser concentrado em Março/Abril de 2006 (com incursões, esporádicas e apenas numa rubrica, a 2005), até para obstar a que, prolongada ad infinitum, a tarefa se tornasse enfadonha de repetitiva.

Explicitado o objectivo, seleccionado o material de pesquisa, delimitado o período de observação, decidido um modelo padrão para a análise passámos à aplicação da

estratégia definida: leitura dos periódicos, anotação dos aspectos merecedores de reparo (e, como tal, corroboradores da tese que defendemos), selecção de uns quantos e sistematização dos dados por categorias nucleares (das anomalias menos graves às mais “substantivas”). O produto da pesquisa efectuada é o que subjaz à reflexão ora apresentada.

Démarche que, porque desprezioso contributo tendente à consecução da reversão da situação vigente, consideramos plenamente justificada. Não só por consubstanciar o âmago da nossa principal preocupação neste âmbito, conseguir que num ofício que tem como principal ferramenta a palavra se comece a primar pela sua correcta utilização, como também por plasmar um sério alerta para obstar aos perniciosos efeitos colaterais decorrentes do seu mau uso; para os quais, aliás, João de Melo, causticamente premonitório, adverte, identificando o mais marcante: a emergência da pandemia de “labregos linguísticos” que os media estão a provocar.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO

O jornalista poderá não ter um estilo, nem brilhar pelos dotes literários. Tem, no entanto, de revelar um domínio perfeito da língua em que escreve, sob pena de se arriscar a cair no descrédito e arrastar com ele o próprio jornal. Que autoridade, efectivamente, poderá reconhecer-se a alguém que pretende informar o público e não conhece, sequer, a forma correcta de registar as palavras?³

Formulada a questão de modo tão assertivo e unívoco quanto o proposto, afigure-se-nos que – independentemente do(s) prisma(s) de abordagem adoptado(s) – a primeira reacção só pode ser de total aquiescência ao postulado. Desde logo por se tratar de uma temática cuja pertinência e candência ninguém ousará pôr em causa porque, na génese, a todos respeita e, em maior ou menor grau, envolve.

Mas se é consensual e ecuménica a aceitação da crucialidade das disciplinas que gravitam em torno do ensino da língua pátria nos cursos de jornalismo, de que constituem esteio-mor e trave-mestra, outro tanto não é possível asseverar acerca do peso que os diversos intervenientes no processo lhes outorgam, sendo óbvias as dissonâncias no que a esta matéria concerne. As quais decorrem, no essencial, de diferentes sensibilidades e radicam (ou falaciosamente pretendem fundamentar-se) em pressupostos errados (conquanto sub-repticiamente apresentados como legítimos), mormente serem dadas como adquiridas aprendizagens que, de facto, não o estão, ou em receios injustificados quanto à hegemonização de certas disciplinas, omnipresentes, em detrimento de outras que, ipso facto, seriam subalternizadas.

³ Diogo Pires Aurélio, in *Diário de Notícias*, 1/2/1999, Provedor dos Leitores, p. 4.

Ora é justamente por termos presentes estas condicionantes, que, solicitaos a dar o nosso testemunho sobre um tema a que na última década nos temos devotado e a opinar sobre tão candente matéria, reputamos de toda a pertinência começar pela contextualização do statu quo, invocando para tal opiniões de vozes abalizadas que, por perfilharem opiniões por nós defendidas, venham, com a sua autoridade, corroborá-las e legitimá-las e outras, susceptíveis de permitirem matizar os tons de um quadro que não tem necessariamente de ser a preto e branco.

Entre as primeiras situárimos a asserção de Martínez Albertos (1983: 193) segundo a qual "(...) quien escribe incorrectamente lo hace así porque no tiene la habilidad o el conocimiento teórico precisos para hacerlo como exige la normativa vigente.", ou estotra, mais cáustica, mas também mais pessimista, do mesmo autor (*ibid.*: 201), quando acerca de determinados jornalistas assevera: "(...) el problema está en que unos saben escribir y otros no saben hacerlo ni lo sabrán jamás.", ou ainda a peremptoriada de Francisco Iglesias (1984: 191) que, reportando-se àqueles que nem expressar-se fluente e correctamente sabem, lhes corta cerce quaisquer veleidades de ingresso na profissão: "Pero quien no sea capaz de expresarse correctamente – para comunicar y comunicarse – de palabra y por escrito, no podrá ser un informador; al menos, no llegará a ser un buen informador".

Não menos pertinente – quer por a prudência e o bom senso o recomendarem, quer porque cientes de não residir o monopólio da verdade só numa das vertentes de abordagem – é, ab initio afastar visões dicotomicamente maniqueístas e, acima de tudo, estar consciente de que ao pôr a nu fragilidades e patologias do discurso jornalístico (questão de per si melindrosa q.b. e potencial geradora de quiproquós) serão consideráveis os riscos de ferir susceptibilidades, quiçá suscitar crispações, inclusive ser-se mal compreendido (o que é, por vezes, inquestionavelmente mais nefasto do que não se ser compreendido) ou, in extremis, ser alvo da insinuação de existir da nossa parte qualquer arrière-pensée.

E que a temática em apreço é assaz delicada provam-no inúmeras situações ocorridas em diversos fóruns de discussão. Basta ter presentes as vivas reacções suscitadas quando a questão da língua (e do uso que dela é feito) é equacionada: mesmo as intervenções mais oportunas, fundamentadas e profícuas suscitam acesa polémica (que, não raro, culmina em manifestações corporativistas contra os seus autores).

Atitudes que, não primando pela elegância, têm levado inúmeros estudiosos (cuja proficiência deveria ser enaltecida) a admitirem desistir de um combate que se revela cada vez mais inglório e desequilibrado ou a considerarem que começa a ser uma temeridade persistir nesta luta, continuar a esgrimir contra interesses instalados.

Postura de desistência que não perfilhamos. Até pela circunstância de nunca nos havermos sentido do lado errado da barricada, conquanto saibamos ser este o risco em que incorrem (e o preço a pagar por) aqueles que, mesmo percepcionando-se uma "espécie em vias de extinção" – porque preocupados com 'minudências' a que hodie-

namente deixou de se prestar atenção – e, como tal, apontados a dedo pelos conformistas, não tergiversam numa cruzada que fizeram sua.

Por isso continuamos a crer imperativo cívico e dever de cidadania prosseguir o combate em prol da defesa da língua “ mesmo não elidindo que as responsabilidades pelo statu quo têm de ser diluídas, repartidas pelos diversos intervenientes no processo “, não condescendendo com atitudes merecedoras de reparo.

Mormente porque como Lázaro Carreter⁴ muito bem sublinha, “No puede olvidarse que el lenguaje de los medios [...] se asimila como forma canónica del habla culta, lo que quiere decir que se constituye en el principal patrón a seguir por la audiencia.”, perspectiva perfilhada por Núñez Ladevéze (1993: 23) ao asseverar ter o jornalismo “tanta influencia en la modificación de las pautas estilísticas que puede considerarse que, actualmente, es el soporte más importante para el estudio del lenguaje escrito.”, o que não só vem reconhecer (e realçar) o poderoso influxo que os media exercem no dia-a-dia como torna possível rotulá-los, no dizer de Francisco Iglesias (1984: 187), de “os principais mestres – bons ou maus – da linguagem”, estatuto que, uma vez outorgado lhes aumenta a responsabilidade.

Ora, se a isto aliarmos o teor de vários alertas, seja o de Edite Estrela e J. D. Pinto-Correira (1994: 23)⁵ quando preconizam que “em matéria de linguagem, e não só, o público tende a moldar-se à imagem e semelhança de quem lhe leva a informação.”; seja o de Pilar Diezhandino (1994: 152) quando assevera que os “(...) vicios del lenguaje periódico se convierten en hábitos por influencias diversas que actúan en el informador (...)”; seja, ainda, o de Ana Hatherly (1983: 14) que assegura que parte substancial do público “(...) não é atingido pelas inovações dos artistas da língua nacional ou pelas normas dos eruditos, mas é atingido pela poluição da palavra propagada pelos canais dos mass-media” fácil se torna reconhecer não escassearem razões de acrescida preocupação, et pour cause, quão inaceitável é a persistência desta perversão a que urge pôr definitivamente cobro, desde logo pelas nefastas repercussões que tem no leitor.

Dada a posição a que se guindaram e o estatuto que lhes é hoje tacitamente outorgado – e as citações coligidas ajudam a comprovar –, os media têm, pois, no que ao uso da língua concerne, uma responsabilidade acrescida, e se tanto podem contribuir para a preservação e dignificação do idioma como para a sua degradação, tudo dependendo do desvelo posto na sua utilização, impõe-se não condescender com os que optam pela via do facilitismo: não exprobrar a inépcia imperante em determinados textos jornalísticos é ser conivente com a desídia e, por omissão, prestar um mau serviço à sociedade.

⁴ Citado por Núñez Ladevéze (1993: 179-180).

⁵ Alerta lançado após frisarem o imperioso de as palavras deverem ser correctamente escritas, de as frases deverem ser bem construídas e claras, de o discurso dever ser fluente e eficaz para a mensagem ser entendida a fim de o jornalismo não ser, apenas, um veículo de informação, mas, também, fonte de conhecimento e cultura.

Imputação de que não podemos coibir-nos, pese embora sabermos que à maioria dos jornalistas não agrada minimamente serem questionados por quem não pertence à classe.

Razão por que, e até para que não subsista a mais remota impressão de estarmos imbuídos de uma visão profundamente derrotista ou objurgatória da linguagem da imprensa coeva nem que, ademais, nos mova qualquer *parti pris* contra a classe no seu todo, convém desde já esclarecer (e deixar cristalino) que, no que à primeira concerne, lhe reconhecemos as maiores virtualidades e potencialidades – seja na preservação e ‘arejamento’ do idioma seja no seu enriquecimento – visão apologética extensível à segunda, a classe, a qual conta no seu seio com exímios profissionais, autores de peças de esmerado requinte (pelo rigor da construção frásica, pela propriedade do vocabulário, pela clareza das ideias e concisão com que as veiculam, feliz simbiose e repositório das marcas peculiares de que a linguagem jornalística deve ser detentora, e respeitar, com vista à captação do interesse do leitor).

Aliás, sem hesitar reconhecemos mesmo que onde a proficuidade da função dos periódicos é mais patente, até pela visibilidade, é, quer na introdução de novos vocábulos quer no alargamento semântico de outros já existentes mas a que são aduzidas novas acepções. Destes, o mais paradigmático, se vier a ser bem sucedido, é o caso do nome inquilino (anexo 1): reiteradamente utilizado em toda a imprensa para aludir ao primeiro-ministro ou ao Presidente da República (o inquilino de S. Bento/Belém), constitui, por ora, um uso abusivo, porque não legitimado por nenhum dicionário (os quais ressalvam sempre, como condição *sine qua non* desse estatuto, o pagamento de uma determinada renda, o que na situação vertente não se verifica). Virá o seu recorrente emprego na imprensa a levar os dicionários (aos quais incumbe passar a ‘certidão de nascimento’) a concederem-lhe ‘carta de alforria’ e a aceitarem esta acepção? Questão a que só o tempo poderá responder; não sendo, todavia, de excluir liminarmente a hipótese de vir a ocorrer algo semelhante ao que se passa, entre muitos, com o verbo ‘disparar’⁶, cuja nova acepção os dicionários já legitimaram.

Voltando aos primeiros, os novos vocábulos, a que – por necessidade de os distinguir da vasta panóplia dos neologismos genuínos e por conveniência de ‘etiquetagem’ – chamaremos ‘criações’ (se com propriedade assim se pode designá-los), lugar de destaque para os decorrentes de novas realidades exteriores à linguagem, que é imprescindível designar e para as quais o vocabulário vigente não tem resposta, mas que tem de acompanhar. Foi, num passado recente, o que resultou da entronização da mulher em cargos que em tempos pregressos lhe estavam vedados ou a que nunca havia chegado (primeira-ministra, ministra, juíza, entre tantos outros). É, agora, o caso da pioneira a ascender ao cargo de chefe do Governo alemão, ancestralmente

⁶ Cf. *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea* I (2001: 1276): “3. Exteriorizar um sentimento, estado de espírito... de maneira súbita e intensa. 4. Começar subitamente a fazer alguma coisa.”

designado por chanceler e para o qual houve necessidade de criar o correspondente feminino, chancelerina.

Do mesmo cariz é o que se passa com as criações ‘lobista’⁷ e ‘jihadista’, a que por certo os dicionários não desdenharão dar guarida a curto prazo, atinente o escrupuloso cumprimento das normas referentes à construção de novas palavras neles observadas. E porque a afirmação feita o justifica, detenhamo-nos um pouco no último: presença diária em todos os media, a jihad (a chamada guerra santa) já não carece de tradução tão recorrente é o seu uso; porém, o mesmo não acontecia em relação aos seus praticantes/seguidores, cuja alusão obrigava sempre à utilização, em simultâneo, daquele termo; daí a necessidade de colmatar essa lacuna, o que até nem evidenciava dificuldade de maior visto existir já o sufixo nominal -ista (que indica partidários de doutrinas ou sistemas, agente/profissão), o qual, uma vez anexado à palavra primitiva (jihad + ista), deu origem ao nome “jihadista”, cuja circulação (anexo 2) é facto consumado (não obstante subsistir por resolver, o que não é de somenos, o problema do h medial intervocálico).

Situação análoga foi a que ocorreu num passado recente (finais de 2005, início de 2006), num contexto muito peculiar, em que várias entidades lançaram, sobre concorrentes, ofertas públicas de aquisição, as vulgares OPA: de imediato surgiu na imprensa o verbo ‘opar’ (com o particípio passado ‘opado’), os substantivos ‘opado’ / ‘opante’ e os adjectivos ‘opável’ / ‘opado’ / ‘opante’ (anexo 3).

Outro tanto se tem verificado com as notícias referentes aos membros do movimento separatista ETA, comumente designados (em Espanha) por “etarras”, termo que os nossos periódicos adoptaram (anexo 4) conquanto nenhum dicionário o registe.

Fácil de inferir, é nem todas as criações serem igualmente legítimas ou, tão-só, aceitáveis. Menos ortodoxos, por diferentes razões – mormente o desrespeito das normas a observar aquando da formação de novos vocábulos, desde logo por as palavras primitivas serem, na situação vertente, estrangeirismos e meras siglas (tal como, no exemplo anterior, OPA e ETA) –, são os casos a seguir apresentados, puro contrabando linguístico (anexo 5).

Demonstrada a prodigalidade dos periódicos na colocação em circulação de novos vocábulos (nem todos outrossim profícuos, é óbvio) e, *ipso facto*, de como neles identificamos virtualidades e aspectos dignos de registo, passemos agora a outro vector de abordagem da questão, retomando a linha de pensamento interrompida por este parêntesis explicativo.

Não menos óbvia e iniludível do que o escol de profissionais a que antes aludimos, lídimos crême de la crême – regra geral pertencentes a uma faixa etária mais avançada, embora não haja compartimentos estanques, nem nenhuma destas categorias exista em estado bacteriologicamente puro – e nos seus antípodas, é a emergência de uma outra franja de jornalistas (aquela em que se posicionam muitos dos mais jovens) em

⁷ Já registado no Houaiss, mas não contemplado pelo *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*.

que a tónica é a irrefragável ausência de domínio do idioma pátrio e das suas estruturas, resultante da sua deficiente e incompleta aprendizagem. Justifica-se, por isso, fazer aqui um sucinto ponto da situação.

Consabido o profundo avatar ocorrido na segunda metade da década de 70 do século passado, nos primeiros níveis do ensino, no sentido da implementação de uma política de facilitismo e de desresponsabilização decorrente do incremento (e disseminação) de práticas pedagógicas estultas e permissivas – de que a abolição do ensino da gramática é a coroa de glória – não é possível obnubilar que a factura, demasiado onerosa, está ainda a ser paga (e sê-lo-á certamente por muito mais tempo). De facto, com os conteúdos programáticos da disciplina de Português quase circunscritos à interpretação textual (condimentada com umas quantas actividades pseudocriativas, mais ou menos lúdicas), mas de que a gramática foi ostensivamente abolida, a aprendizagem do essencial do idioma ficava seriamente comprometida, não passando de miragem: ignoradas as mais elementares regras da morfologia e da sintaxe, fica liminarmente inviabilizado o acesso ao domínio da estrutura da língua, condição sine qua non para a sua correcta utilização. Hegemonizada e omnipresente a interpretação, os alunos concluem o seu ciclo de estudos pré-universitários sem as mais elementares noções do que as normativas gramaticais preconizam. E foi neste contexto de facilitismo e permissividade que os actuais jornalistas mais jovens fizeram a sua aprendizagem, sendo, por isso, no dizer de Fernando Martins (2006: 109): “alguns vítimas de um ensino que tarda em encontrar um rumo e que, entretanto, continua a forjar gerações que não lêem, e que encolhem os ombros quando se lhes apontam erros de uma sintaxe caprichosamente ignorada ou de uma ortografia barbaramente atraíçoadá.”

Não pode, por isso, surpreender (porque produto desse pseudo-ensino ignaro e ignorante) que sejam autores de peças que legitimam que, ao responder à pergunta “Como analisa o jornalismo que hoje se pratica em Portugal?”, Baptista-Bastos⁸ afirme, taxativo: “Em regra, é mal escrito”. Deplorável realidade cujo reconhecimento permite a João Morgado Fernandes⁹ preconizar que “A defesa da língua passa pela criação de condições para a sua boa utilização, seja melhorando o seu ensino, seja elevando os padrões de exigência, por exemplo, no espaço mediático.”; implícita assunção de responsabilidades que dá a Miguel de Sousa Tavares¹⁰ o ensejo de postular que essa defesa depende da forma “(...) como falam os jornalistas, como se escreve, como se faz a revisão dos textos nos jornais e essa é a primeira coisa: nós temos de falar bem português porque senão não podemos ensinar ninguém a falar bem português.”

Apodixe do que atrás asseverámos (e estes testemunhos vêm corroborar) é, entre pletora de outros exemplos, o que se passa com o erro ortográfico: de algo estigmatizante que em tempos progressos foi, passou a quase “instituição” graças à acção/

⁸ Cf. *Diário de Notícias*, 27/3/2006, MEDIA, p. 38, PC.

⁹ Cf. *Diário de Notícias*, 24/10/2005, EDITORIAL, p. 6.

¹⁰ Cf. *Diário Económico*, 13/10/2005, OPINIÃO, p. 38, s.a.

omissão de certas correntes pedagógicas e práticas didáticas, só faltando mesmo, além de o eximir do opróbrio de ser objecto de reparo outorgar-lhe respeitabilidade. Como em tantas outras situações já hoje ocorre. Manifesto exagero? De modo algum. Três perguntas, mais ou menos inócuas, bastarão para o demonstrar: quem é que, nos tempos coevos, ainda

- repara (e/ou com ela se preocupa) na falta do segundo hífen dos vocábulos que já tinham um e este coincide, aquando da translineação, com o fim de uma linha e o resto da palavra tem de passar para a seguinte (anexo 6)?
- faz questão de distinguir (inclusive na oralidade) a primeira pessoa do plural do presente do indicativo da do pretérito perfeito simples dos verbos de tema em ‘a’ (andamos/andámos, *v.g.*), condição *sine qua non* para sabermos se se está a falar do presente ou do passado e, *ipso facto*, objecto expresso de uma regra gramatical específica tendente à consecução dessa distinção?
- separa, nas locuções “antes de / depois de / no caso de / pelo facto de”, etc., a preposição do artigo definido antes de verbo no infinitivo (anexo 7)?

Num patamar que reputamos de maior gravidade situaríamos, entre os mais perniciosos, os conducentes à morte, anunciada e tão iminente quanto inexorável, de determinadas construções e usos peculiares do nosso idioma, tais como o emprego do infinitivo pessoal (flexionado) – que, não obstante convenientemente regulamentado, é reiteradamente substituído pelo impessoal (não flexionado), mesmo em situações cujo contexto não o permite e que consubstanciam, por isso, erros grosseiros (anexo 8) – e a anteposição do pronome ‘se’ ao infinitivo – quando o verbo principal está neste modo, em construções do tipo ‘pode-se dizer’, ‘pode-se fazer’, etc., o que a médio prazo levará ao seu inelutável desaparecimento e, daí decorrente, ao emprego exclusivo da construção já hoje hegemónica (“pode dizer-se”, “pode fazer-se”) – ou, em circunstâncias mais específicas, ao verbo auxiliar (é o caso das locuções verbais antecedidas de uma negativa, em que as normativas gramaticais impedem a posposição) (anexo 9).

Não obstante comezinhas *q.b.*, as situações referidas são paradigmáticas (e suficientemente elucidativas) das nefastas consequências a que a tolerância e a condescendência instituídas têm conduzido de forma indelével e, concomitantemente, um alerta para quão necessário é – urge mesmo consegui-lo no imediato, sem mais dilações – pôr termo ao *laissez faire laissez passer*, à permissividade e indiferença que neste domínio têm grassado, única explicação para a incúria imperante. Sim, porque em nossa opinião é de indiferença que se trata, já que nos recusamos a admitir sequer que alguém detentor de uma licenciatura numa área tão específica quanto a do jornalismo possa ser o autor de recorrentes dislates do teor destes, retirados (todos da mesma edição: 9/4/2006) de um jornal de referência (*Público*):

(...) os êxitos nos negócios, mas também “os pequenos segredos de Sílvio”, a música que houve, os livros que lê, a comida de que gosta. (p. 5, SL)

Se estas medidas já estivessem em vigor, questões como o mandato de captura europeu teriam sido debatidas em São Bento, (...). (p. 13, HP)

(...) intervenções, de acordo ou a desfavor, por parte de todos os partidos com acento na Assembleia Municipal (AM) de Viana. (p. 70, APF)

A mesma incúria (ou laxismo?), aliás, que transforma rubricas de total lhanza (como a das concordâncias) em algo indutor de estupefacção, tão aleatória é a forma como as mesmas são efectuadas: depararmos com um predicado no plural quando o sujeito da oração estava no singular ou o inverso (sujeito plural seguido de predicado no singular) é deploravelmente tão recorrente (anexo 10) quanto encontramos um adjectivo no feminino (ou no plural) a pretender concordar com um substantivo no masculino (ou no singular).

Corolário lógico da banalização destes procedimentos, da prática rotineira de erros deste cariz é, por um lado, a perda do carácter objurgável com que eram encarados e, por outro, propendermos de imediato para a sua desculpabilização, para considerarmos tratar-se de meras gralhas, hipótese a que, dada a frequência com que com elas deparamos, conferimos cada vez menos plausibilidade *et pour cause* temos mais dificuldade em aceitar. E importa sublinhar estarmos a reportar-nos a construções triviais daquelas sobre as quais, dada a sua simplicidade endógena era inimaginável não se ter um domínio absoluto e não, como possa parecer, dos verdadeiros quebra-cabeças de determinadas franjas de jornalistas (que são a grafia – junto?, separado? – de ‘porque’ / ‘por que’, ‘senão’ / ‘se não’, ‘demais’ / ‘de mais’).

Convenhamos que se o panorama traçado nada tem de animador – antes se aproximando de um cenário linguístico apocalíptico – nem sequer podemos, para refrigério nosso, apodá-lo de exagerado. Porque, na verdade, a leitura de determinados jornais é um doloroso contacto com frases bárbaras (que repugnam à índole do idioma), com termos híbridos, com todo o género de heresias gramaticais que legitimam pensarmos ter-se instaurado e acelerado um processo de assalto às estruturas linguísticas.

Poder-se-á então inferir, perante cenário tão negro quanto o que acabamos de descrever, carecer o discurso da imprensa coetânea de uma completa reformulação, de um lifting total? Não só não o insinuámos como estamos plenamente convictos de que a resposta tem de ser matizada. Aliás, porque atavicamente avessos a generalizações, sempre perigosas, não hesitamos em reconhecer que, se globalmente considerada a imprensa entre nós publicada, é possível, com propriedade e de forma judiciosa e equânime, asseverar ser aceitável o modo como a linguagem é nela usada – não escasseando inclusive os casos de jornalistas, articulistas e colunistas com elevados padrões de qualidade. Acontece é que este reconhecimento também não permite elidir que as excepções à regra, os procedimentos obnóxios, não são tão esporádicos quanto seria expectável, desejável e admissível.

E ainda que com plena pertinência Van Dijk (1990: 126) sublinhe que “A informação diária não tem tempo para a escrita sofisticada, original e criativa.”, a verdade, contudo,

é que entre uma linguagem pragmática, imediatamente útil, descodificável e aquela com que somos recorrentemente confrontados há toda uma barreira que urge a segunda transponha.

Irrefragável, pois, para quem desapaixonadamente (sem *arrière-pensée* nem *parti pris*) queira proceder à exegese do discurso da imprensa coeva, é a constatação de o ritual da sua leitura ser mais indutor de disforia do que de deleite. No essencial, por constantemente depararmos com anomalias que, mais do que dificultarem a cabal intelecção do texto, acabam por, amiúde, o tornar incompreensível, mero somatório de verdadeiras enteléquias. Atropelos que, permeando pletora de imprecisões inconscientemente cometidas e dada a cadência do seu aparecimento, são perfeitamente identificáveis e passam (para além dos erros de concordância, já assinalados), precipuamente, pela estocástica distribuição dos constituintes fráscicos (1), pelos lamartanismos, pela endorréia, pelas anfibologias (2), pelo emprego abusivo de participios passados (3) – inexistentes na opinião de alguns gramáticos, de evitar segundo outros – pelas regências incorrectas (4), pelas repetições desnecessárias (5), pelo uso menos curial (ou abusivo?) de determinados vocábulos imbuídos de significados que, de facto, não têm (6) e até por construções inqualificáveis (7) – o que nos remete para outro patamar de imputabilidade que não já a simples incúria (conquanto esta se lhe misture em certa medida) – tipificada pelos dois últimos exemplos (anexo 11).

E ainda que, agora globalmente considerada, a situação descrita resulte da conjugação de vários factores, todos outrossim perniciosos – as já referidas indiferença e incúria, ao que acresce a inexistência de revisão – quota-parte não negligenciável decorre, em nossa opinião, da deficiente aprendizagem da língua, do desconhecimento das normas que regem o seu uso, as quais não admitem o estocástico.

Feito o diagnóstico e reconhecidos os factos, compete-nos assumir o ónus de os reverter, reencaminhar no sentido da procura de soluções conducentes à sua superação e erradicação. Isto é, reconhecido e tacitamente aceite o postulado de Diogo Pires Aurélio¹¹,

Todos os anos entram nas universidades, públicas e privadas, milhares de criaturas para quem o saber escrever se transformou numa espécie de vestígio pré-histórico e o resolver as mais simples operações matemáticas é um fardo insuportável e uma violência para o cérebro. No momento em que saem de lá, a situação não se alterou por aí além.

a nós incumbe quebrar a cadeia de permissividade e de desresponsabilização que possibilitou que tal pudesse ter ocorrido principalmente inviabilizar, a todo o transe, a consumação da última frase. Tarefa de que nenhum docente, seja de que área disciplinar for, se pode eximir – porque se o *statu quo* nada tem de tranquilizante nem auspicioso há um percentual (não despreciando) de responsabilidade que não pode alijar –,

¹¹ Cf. *Diário de Notícias*, 14/6/1996, OPINIÃO.

mormente em licenciaturas que visam preparar futuros profissionais cujo instrumento de trabalho será a linguagem em que diariamente irão expor na praça pública os seus dotes ou lacunas, com que se irão apresentar perante um público detentor de diferentes graus de exigência e com cuja tolerância (condescendência) não podem (nem devem) contar.

Só que, ficar pela constatação da falência das etapas precedentes, atitude puramente demissionária, não é aceitável (nem tolerável): a postura a assumir deve ser combativa e uma vez verificados os factos passar à procura de soluções e, sem dilações, à congregação de sinergias tendentes à sua aplicação prática e à consecução desse almejo; insistindo, inclusive, no imperativo de, *ab initio*, ter de se ir aos caboucos a fim de melhor estear o edifício cuja construção se pretende de uma solidez a toda a prova. Tendo sempre presente que, se o fim último da informação é o enriquecimento cultural e intelectual do homem, tal desiderato é inexequível e inalcançável com posicionamentos acomodaticios.

Exigência tanto mais premente quando, apesar de assaz doente, o Português continua a ser o alvo preferencial da perniciosa acção de uma imensa corte de depredadores – os responsáveis imediatos pela prática reiterada destes crimes de lesa-idioma: na verdade, é tal o ímpeto com que determinados plumitivos se comprazem em “agredir” o dicionário, que somos levados a crer estarem hoje as palavras (tão aleatória é a sua utilização) atingidas de anemia semântica, tornando-se portanto presa fácil de outras enfermidades, como a arteriosclerose sintáctica e a tetraplegia estilística. Como acontece com a utilização destes vocábulos (anexo 12) – sem a mínima plausibilidade de uso em semelhantes contextos – do que resulta a ininteligibilidade da frase e da própria notícia.

Afirmção que nos remete para uma outra questão: se constitui um alerta para os perigos advenientes destas práticas, é-o também para o risco de, dada a dimensão que o flagelo atingiu, não se levar a sério um problema que é real. Problema que tem ocupado eminentes estudiosos, como Lázaro Carreter¹², que, ao mesmo tempo que exprime as suas preocupações com o estado de degradação a que a linguagem chegou, adverte para a premente necessidade de reagir ao *statu quo* (“el peligro mayor es no reconocer el peligro”) e preconiza o imprescindível e inadiável contributo dos governantes: “Los gobiernos y los políticos deben ser conscientes de que son objetivos primordiales el cuidado de la lengua y de la cultura. El decuido produce desdén por la lectura, frivolidad en el decir y en el hablar, insensibilidad idiomática.”

¹² Congresso “Salamanca 80”, subordinado ao tema “Lengua española y medios de comunicación social”, e realizado nesta cidade, nos dias 8, 9 e 10 de Setembro de 1980.

Atitude de colaboração na procura de soluções que outros preferem substituir por reptos (veladamente) acrimoniosos, como Bernardino Hernando (*ibid.*: 82) quando postula que:

El empeño enfervorizado con el que tantos expertos luchan contra las ‘incorrecciones’ debería ser empleado, sobre todo y además (no ‘en lugar de...’ por supuesto) en descubrir las riquezas idiomáticas del LP, su viveza permanente y, por ello, su permanente contribución al enriquecimiento verbal.

Reparo que, em nossa opinião, não carece de justeza: que linguistas e académicos pudessem ter um papel mais interventor é outra questão, que não retira pertinência à crítica. Acontece, contudo, é não se descortinar motivo para insistir na ajuda quando simples comentários pedagógicos são liminarmente repudiados. Aliás, a percepção que a nossa experiência nos fornece é que conseguir erradicar semelhantes comportamentos se revela tarefa não menos que ciclópica. Verdades (procelosas) que custa a determinados plumitivos aceitar (dá a suspicácia com que as encaram).

3. CONCLUSÃO

Aqui chegados, confirmada a existência e amplitude da pandemia, ser generalizada a sua percepção e demonstrado (através dos exemplos coligidos e aduzidos) não assistirem aos jornalistas razões substantivas para, nimbando-se de hipersensibilidade às críticas de que são alvo, reagirem queixando-se da intransigência dos leitores, aplicar as medidas profiláticas reclamadas é um imperativo de consciência. Porém, em vez das soluções radicais aqui e ali preconizadas como, *verbi gratia*, esta, de Bernardino Hernando (1990: 43)¹³: “Pueden y deben seguir los varapalos contra el mal LP¹⁴.” – , a nossa proposta vai em outro sentido: retirar o ensino da língua do lugar subsecivo para onde foi remetida (e onde permanece acantonada), conferir-lhe um estatuto central e uma dignidade consentânea com a matéria que versa, repor um limiar mínimo de exigência. Apostando, para a concreção de semelhante desiderato, num ensino exigente (em que o facilitismo não tenha cabimento), rigoroso (sem concessões à permissividade), em suma: sério, de qualidade.

Qualquer outra opção, para além de apodixe de, neste âmbito, a imprensa continuar a regredir e dar azo a críticas tão contundentes quanto a precedente, nem mero paliativo chegará a ser. Ao que acresce a circunstância, não negligenciável, de só pela

¹³ Proposta feita quando, após reconhecer a existência de maus profissionais (*ibid.*: 15): “el lenguaje está enfermo y aun agonizante, está enfermo, sobre todo, de ‘periodismo’ ya que son los Medios de Comunicación llamada social los que, por lo menos, agravan irresistiblemente la enfermedad.”, admite a sua execração.

¹⁴ LP: Linguagem periodística.

via antes preconizada se conseguir retirar a legitimidade que, pese embora admiti-lo, assiste a críticas do cariz destoutra, de Baptista-Bastos¹⁵:

Cerca de mil e quinhentos “licenciados” em “Comunicação Social” e seus derivados saem, anualmente, das escolas, institutos e universidades onde aquelas coisas se ensinam. [...] Saem com deficiente preparação. [...] O resultado é o que se vê. Com as exceções a confirmar a regra, o jornalismo português não é mau – é péssimo.

Polir a linguagem é, pois, uma imprescindibilidade que, tendo em vista o incremento do nível cultural do público destinatário, ganha foros de improtelável. Não o compreender, conduzirá, inelutavelmente, a uma situação como a que François Richaudeau (1984: 7) vaticina quando equaciona esta questão: “Poco importa cuanto podamos pensar o cuanto deseemos transmitir al ‘otro’ si el mensaje no ‘pasa’, si no es percibido por ese ‘otro’, o si le llega deformado, desnaturalizado. ¡Y con cuanta frecuencia suele ocurrir tal cosa...!”

¹⁵ In *Jornal de Negócios*, 30/6/2006, OPINIÃO, p. 32.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- DIEZHANDINO, M. P. (1994). *El Quehacer Informativo. El 'arte de escribir' un texto periodístico*. Bilbao, Servicio Editorial de la Universidad del País Vasco.
- ESTRELA, E. e PINTO-CORREIA, J. D. (1994). *Guia Essencial da Língua Portuguesa para a Comunicação Social*. Lisboa, Editorial Notícias, 3ª ed.
- HATHERLY, A. (1983). "Para uma Ecologia da Palavra", in AA. VV. *Estão a Assassinar o Português?* – 17 Depoimentos. Lisboa, INCM, 9-16.
- HERNANDO, B. M. (1990). *Lenguaje de la Prensa*. Madrid, EUEDEMA.
- IGLESIAS, F. (1984). *Ciencias de la Información*. Pamplona, EUNSA.
- MARTÍNEZ ALBERTOS, J. L. (1983). *Curso General de Redacción Periodística*. Barcelona, Editorial Mitre.
- MARTINS, F. (2006). *A Geração da Ética*. Coimbra, Minerva.
- NÚÑEZ LADEVÉZE, L. (1993). *Teoría y Práctica de la Construcción del Texto*. Barcelona, Editorial Ariel, S. A.
- PINTO, M. (2001). *O Avatar da Linguagem da Imprensa Hodierna e Seus Actores*. Porto, Edições UFP.
- PINTO, M. (2005). *Ainda bem que Mo Sugeriu: 'Jornalês', que Diabo de Linguagem É Essa?* Porto, Edições UFP.
- PINTO, M. e SZYMANIAK, W. (2005). *Títulos das Notícias, Recursos Retórico-Estilísticos: Intencionalidade ou Acaso?*. Coimbra, Edições MinervaCoimbra..
- PINTO, M. (2006). *Como Evitar o Atamancado do 'Jornalês', Contributos para Uma Boa Prática da Escrita Jornalística*. Porto, Papiro Editora.
- PINTO, M. (2007). *Notícias de Imprensa: da Fiabilidade à Falaciloquência*. Porto, Ed. UFP.
- PINTO, M. (2008). *Da Plurivocidade Vocabular em Agustina aos Galimatias do Medialecto*. Porto, Edições UFP.
- RICHAUDEAU, F. (1984). *Los Secretos de la Comunicación Eficaz*. Bilbao, Ed. Mensajero.
- VAN DIJK, T. A. (1990). *La noticia como discurso. Comprensión, estructura y producción de la información*. Barcelona, Ediciones Paidós.

ANEXOS

ANEXO 1

É verdade que, ao contrário de Cavaco, o ex-Presidente foi à Assembleia, assistiu ao acto solene da transmissão de poderes e ao discurso do novo inquilino de Belém.

Expresso, 11/3/2006, p. 7, FM.

(...) delimitou o terreno das competências presidenciais e preveniu o novo inquilino de Belém contra “sedutoras agendas fundadas na popularidade fácil do momento, sempre feitas à custa do interesse geral (...)”.

Público, 12/3/2006, p. 8, MM.

ANEXO 2

Ninguém saberá ao certo quantos jihadistas estão actualmente no Iraque, (...). [...]

(...) referindo que a situação no Iraque está a gerar uma nova vaga de jihadistas que poderão vir a desestabilizar outros países. [...] A Arábia Saudita, país de origem de muitos jihadistas, estaria mais vulnerável.

Diário de Notícias, 1/8/2005, p. 3, PV.

O quotidiano de um grupo de jihadistas em filme

O filme mostra a vida de um grupo de jihadistas, de diferentes nacionalidades, num campo que se supõe situar-se nas zonas montanhosas do Afeganistão.

Público, 14/8/2005, p. 19, SL.

ANEXO 3

M i l l e n n i u m o p a B P I

Jornal de Negócios, 14/3/2006, p. 1 (manchete).

O BPI é o eterno opável da banca portuguesa?

Jornal de Negócios, 15/3/2006, p. 10, LB.

Já se sabia que o opado Fernando Ulrich, presidente do BPI, não viria, tendo mandado em seu lugar o administrador José Amaral, sempre bem disposto e rapidíssimo a responder. Mas quando se ansiava pela entrada no avião do opante Paulo Teixeira Pinto, presidente do Millennium bcp, (...).

Expresso, 8/4/2006, p. 6, NS.

ANEXO 4

(...) disse Gorka Landaburu, o jornalista basco que sofreu graves feridas quando, em 2001, os etarras o tentaram matar. [...]

“Zapatero demissão”, “Assassinos”, em referência aos etarras, foram as palavras de ordem mais gritadas.

Público, 26/2/2006, p. 24, NR.

Dois etarras condenados a 254 anos de prisão

No entanto, os etarras vão cumprir o limite máximo legal de prisão de 25 anos (...).

Diário de Notícias, 9/3/2006, p. 15, PV.

Um outro atacava a política penitenciária de Madrid, que desde os Governos de Felipe González mantém os presos «etarras» a centenas de quilómetros da «pátria» e da família.

Expresso, 11/3/2006, p. 23, JA.

ANEXO 5

O oscarizado actor Russell Crowe, também conhecido por algum mau feitio, assumiu a culpa pela acusação de ter atacado, em Junho passado, um funcionário de hotel.

Jornal de Notícias, 20/11/2005, últ. pág., s. a..

Clusterização de actividades estratégicas

Diário Económicos, 30/11/2005, p. 4, GS.

(...) influiu seguramente muito nesta decisão uefeira.

Diário de Notícias, 19/12/2005, p. 30, ATT.

O Governo vai lançar hoje um projecto de ‘webização’ da comunidade empresarial que permitirá criar uma rede de cerca de cinco mil lojas, essencialmente de comércio tradicional, (...). [...]

A ‘webização’ da comunidade empresarial insere no âmbito do Plano Tecnológico, explicou Fernando Serrasqueiro.

Diário Económico, 15/3/2006, p. 15, MS.

“Webização” da comunidade empresarial custa 54 milhões

O projecto de ‘webização’ da comunidade empresarial, ontem apresentado, pretende criar a maior rede de lojas do país que disponibilizam de serviços [sic] e produtos (...).

Jornal de Negócios, 16/3/2006, p. 48, s. a.

ANEXO 6

O aparelho judicial debate-

se com uma situação aflitiva. [...]

Podia ter-

se evitado este triste espectáculo.

Diário de Notícias, 15/4/2006, NACIONAL, p. 6, SF.

ANEXO 7

Isto apesar do fisco estar a recrutar estagiários junto de outros ministérios para colmatar esta fuga. A preocupação do STI está relacionada com o facto da maioria dos novos trabalhadores do impostos não ter as mesmas habilitações, nem os mesmos conhecimentos técnicos dos outros profissionais (...).

Expresso, 22/4/2006, ECONOMIA, p. 3, ASS.

ANEXO 8

A directiva europeia, em vigor desde o ano passado, obriga os países da União a reter na fonte, a título de imposto, (...). [...]

Face a este enquadramento legal, com taxas passivas reais a rondar o terreno negativo (...). (...) e mesmo os EUA são destinos propostos aos emigrantes para aplicar as poupanças.

Diário de Notícias, 10/4/2006, ECONOMIA, p. 4, RR.

(...) entendia que, sem limitações, este era um mecanismo usado pelos patrões para garantir muitos processos de despedimentos colectivos (...).

Expresso, 14/4/2006, p. 7, GR.

Mas desconfio que Berlusconi vai regressar ao palco sem demora. E com os “coglioni” a aplaudir.

Expresso, 14/4/2006, p. 21, JPC.

E há muitos católicos a cumprir escrupulosamente essa regra.

Diário de Notícias, 14/4/2006, p. 2, TEMA, SMS.

ANEXO 9

(...) Sílvio Berlusconi levou o seu mandato até ao fim e não pode queixar-se de ter sido impedido de cumprir as promessas (...).

Público, 9/4/2006, p. 7, EDITORIAL, JMF.

E em regular a sério os sectores onde esta não pode exercer-se em pleno. [...]

Mas a AdC não deve tornar-se fundamentalista.

Diário de Notícias, 15/4/2006, p. 9, OPINIÃO, FSC.

ANEXO 10

ÍNDICE DE CONFIANÇA do 'Economist' colocam o ambiente

empresarial em Portugal como o 29º mais fiável a nível mundial.

Diário Económico, 28/3/2006, EMPRESAS, p. 19, AVP.

Contudo, a Comissão designada para tal tarefa refutaram a ideia, argumentando que (...).

Expresso, 14/4/2006, p. 2, VM.

(...) os custos da transferência da montagem da estrutura do Lugar de Baixo para o Tecnopólo ainda está por apurar, (...). Ou seja, só agora os problemas resultantes da velha escarpa, sobranceira ao recinto, foi motivo de preocupação.

Diário de Notícias, 15/4/2006, SOCIEDADE, p. 5, s. a.

ANEXO 11

11.1.

(...) até ser acusado de ter subornado juizes numa série de processos ao serviço de Berlusconi.

Público, 9/4/2006, DESTAQUE, p. 5, SL.

Alguns membros deste grupo reuniram-se em torno de Marques Miguel, que permaneceu com a sigla original de GLRP, alguns iniciaram um regresso ao (...).

Público, 9/4/2006, NACIONAL, p. 16, AM.

Como nunca tem por costume almoçar, nesses dois dias de homenagem a Jesus Cristo, Marcelo Rebelo de Sousa opta por não jantar.

Diário de Notícias, 14/4/2006, p. 2, TEMA, SMS.

(...) ao acusar a administração do BCP de ser principescamente paga para gerir o banco mal e sem cuidar dos interesses dos accionistas.

Expresso, 14/4/2006, ECONOMIA, p. 5, JF.

A carga fiscal, que se reflecte anualmente no preço final por cada maço, terá contribuído mais para afastar os consumidores do vício.

Expresso, 30/12/2005, p. 2, MLR.

Um crime a que foi condenado pelo Tribunal da Guarda, em Maio de 1998, por ter exigido a José Galha e Francisco Fernandes, sócios de uma empresa imobiliária, a quantia de quatro mil contos para emitir uma licença (...).

Expresso, 30/12/2005, p. 6, O INTERIOR/REDE EXPRESSO.

11.2.

Depois de ter voado sete horas e meia de Lisboa para Luanda dentro do novo Airbus A333 da TAP, baptizado Pedro Álvares Cabral, perguntar-me-á o leitor: Mas afinal como é esse terço do PIB?

Expresso, 8/4/2006, p. 6, NS (Subdirector)

11.3.

A comissão técnica encarregue de realizar o reporte dos défices excessivos, entregue na semana passada a Bruxelas, decidiu não registar como despesa para efeitos do défice (...).

Diário de Notícias, 5/4/2006, ECONOMIA, p. 4, SA.

(...) os agentes policiais obrigaram à evacuação do estabelecimento e fecharam a discoteca, quando apenas lhe deveriam ter entregue a notificação para assinar. [...] (...) após o gerente ter respondido à notificação e o seu advogado ter entregue uma providência cautelar.

Diário de Notícias, 5/4/2006, p. 32, CIDADES, AL.

Bolkestein só conseguiu fazer passar a sua proposta de cariz liberal puro e duro porque Prodi se tinha encarregue de fragilizar o princípio da “colegialidade” (...). [...]

(...) e que pretendia transformar na posição oficial da Comissão à convenção presidida por Giscard d’Estaing encarregue de a redigir.

Público, 9/4/2006, p. 6, IAC.

11.4.

E, assim, cumpriu o sonho da maioria dos jornalistas, tornando-se num cidadão do mundo.

Diário de Notícias, 10/4/2006, INTERNACIONAL, p. 16, CF.

Muita festa, muitas bebidas e alguma desorganização, numa noite em que a música quase se

tornou num mero apêndice

Diário de Notícias, 15/4/2006, ARTES, p. 37, DP.

11.5.

Nesta cimeira luso-francesa, Sócrates procurará desenvolver a cooperação para o desenvolvimento do plano tecnológico (...).

(...) cada um dos países deverá promover a aprendizagem das respectivas línguas, além da promoção da cooperação universitária (...).

Diário de Notícias, 10/4/2006, p. 5, NACIONAL, FS.

O buraco onde o sem-abrigo foi encontrado encontra-se na cave de um edifício inacabado há vários anos, junto ao Hotel Vila galé.

Jornal de Notícias, 23/2/2006, p. 34, POLÍCIA, IS/NS.

Estes antigos accionistas estão a preparar um sindicato financeiro para adquirir o capital adquirido pelo grupo angolano, tentando negociar com os principais credores (...).

Os antigos accionistas estão a preparar um sindicato financeiro para adquirir o capital adquirido pelo grupo angolano, (...).

Diário Económico, 28/3/2006, UNIVERSIDADES, p. 36, MQ.

11.6.

Mesmo antes de sair, Cavaco e Maria foram admirar a placa invocativa onde se pode ler: "Deste local partiu para o Céu (...)"

O Presidente e a primeira dama foram admirar a placa invocativa onde se pode ler: (...).

Diário de Notícias, 10/4/2006, p. 4, NACIONAL, FSC.

Hospital dilata visitas

Expresso, 14/4/2006, p. 18, s. a.

11.7.

O pátio onde podem jogar à bola não passa de um sala que não pode dizer-se que é grande

Diário de Notícias, 10/4/2006, p. 31, SL.

Banca tem mais pensionistas que funcionários

Com as reestruturações dos últimos anos, quatro dos cinco maiores bancos portugueses já têm mais colaboradores no activo do que reformados, ou seja, os respectivos fundos de pensões têm mais beneficiários do que contribuintes.

Os fundos estão provisionados, mas a tendência não é sustentável.

Diário Económico, 13/10/2005, 1ª pág..

ANEXO 12

“Matosinhos é cada vez mais um foco de atracção de cidadãos exigentes não só na qualidade de construção, mas também na comodidade onde se inserem”, realçou Narciso Miranda.

Jornal de Notícias, 3/4/2005, p. 28, IS.

Os movimentos de crescimento do BPI e do BCP têm de ser observados e rectificados não só pelos seus accionistas e stakeholders, mas também pelo próprio Governo português (legenda de foto)

Jornal de Negócios, 2/11/2005, p. 42, JDM.

O clima de crise económica e o descontentamento social face às políticas do Governo pode garantir uma vitória de Cavaco Silva à primeira volta, assim como a divisão de votos à Esquerda. [...]

Para Pedro Magalhães, Cavaco pode também ganhar com a actual conjectura, que fará com que um voto de protesto ao Executivo de Sócrates seja uma “motivação adicional”.

Jornal de Notícias, 20/11/2005, p. 4, HC.

No início do ano passado, a Euronext Lisboa começou a oscilar o mercado para tentar atrair mais empresas.

Diário Económico, 24/1/2006, p. 3, PAC.

Um discurso que trespassa quase todas as candidaturas com que o DE falou ontem.

Diário Económico, 24/1/2006, p. 8, MB.

O território macaense – o único local onde o Governo chinês permite a exploração de casinos – possui actualmente 18 casinos, sendo que 16 pertencem a Stanley Ho, a funcionar num conceito ‘non-stop’ (24 horas sob 24 horas).

Diário Económico, 24/1/2006, p. 15, SSP.

A Euronext Lisboa tem vindo a oscilar o mercado desde 2005 e algumas empresas mostraram-se interessadas em vir para a bolsa.

Qualquer das formas,[sic] o responsável pelo mercado de capitais nacional disse que viu abertura por parte de determinadas sociedades para uma aproximação ao mercado de capitais num trabalho de oscultaçãõ sistemática que teve início no ano passado. [...]

Em relação à oscultaçãõ junto das empresas, a Euronext Lisboa contratou duas consultoras diferentes (...).

Diário Económico, 24/1/2006, p. 19, PAC/JPL.

Abriu a caça à Portugal Telecom. E o primeiro tiro não vem de Madrid, de Milão ou de Nova Iorque, como em fábulas precoces se avisava: vem da Maia.

Jornal de Negócios, 7/2/2006, p. 3, PSG (Dir. Adj.; editorial).

Além disso, os conflitos na Croácia (1991-1992), na Bósnia (1992-1995) e no Kosovo (1999) tiveram características bastante diferentes e revelou-se politicamente abusivo e inoperante amalgamar as três situações num único processo judicial.

Jornal de Negócios, 15/3/2006, p. 45, JCB.